



Partido Africano da Independência de Cabo Verde

SECTOR DE S. VICENTE

**II.ª CONFERÊNCIA ORDINÁRIA**

**29 a 31 de Julho de 1986**



Renovar o entusiasmo militante,  
estimular a participação para o desenvolvimento

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

SECTOR DE SÃO VICENTE

II CONFERÊNCIA ORDINÁRIA

RESOLUÇÕES FINAIS

Mindelo, 29 a 31 de Julho 1986

## RESOLUÇÃO GERAL

Evento mais marcante na vida política de S.Vicente no corrente ano, a 2ª Conferência Ordinária do Sector de S.Vicente do FAI-CV reuniu-se nos dias 29,30 e 31 de Julho, no Centro Social da Ribeira Bote, sob o lema " REONOVAR O ENTUSIASMO MILITANTE, ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO " e tendo como Presidente de Honra o camarada Júlio de Carvalho, membro da Comissão Política do Partido .

Estiveram ainda na mesa de Presidência os camaradas Herculano Vieira e Crispina Gomes, ambos membros do Conselho Nacional.

### I

Aprovados o Regimento e Ordem de Trabalhos e instituídos os seus órgãos, a Conferência escutou atentamente a significativa mensagem que, em nome da Direcção Superior do Partido, lhe dirigiu o camarada Júlio de Carvalho e que, pela riqueza do seu conteúdo e clareza de forma, apontou orientações para os trabalhos da Conferência e definiu com precisão os objectivos a atingir.

Por isso, essa importante intervenção passou a ser considerada documento de trabalho da Conferência.

Ouviu ainda com muito apreço, durante a sua realização, moções de confiança e de encorajamento endereçadas pela OPAD-CV, JAAC-CV, UNTC-CS, OM, Associação de Futebol, Grupos do Partido nas FARP e POP, Associação dos Caboverdeanos em Portugal, militantes que se encontram em estágio no estrangeiro, Associação Comercial de Barlavento e Grupos de Base do Partido.

## II

A Conferência apreciou em amplo e vivo debate o Relatório do Comité do Sector, lido pelo respectivo 1º Secretário, e sublinhou tratar-se de um documento que analisa com profundidade e de forma objectiva as questões fundamentais do trabalho político e do desenvolvimento económico e social da ilha de S.Vicente.

Assim, aprovou por unanimidade o Relatório, com ligeiras alterações, que constarão da Acta e recomendou vivamente o prosseguimento de sua discussão nas diversas estruturas.

A situação política geral no Sector foi objecto de particular atenção nos debates e a Conferência registou com regozijo que se pode considerar normal, evidenciando-se sobretudo numa notória aceitação do Partido, salvo em extractos muito limitados, na sólida implantação dos grupos de base nas zonas de residência e na consolidação dos grupos de base nos locais de trabalho. Ficou expresso que essa situação política positiva é fruto de todo o trabalho realizado a nível nacional, pelos órgãos do Estado Cabo-verdiano, sob a direcção da sua força dirigente, o PAICV, durante os onze anos da nossa independência, para a resolução gradual dos problemas básicos do povo e também, no caso particular de S.Vicente, dos esforços meritórios desenvolvidos no quadro do X aniversário.

No entanto, a Conferência reconheceu que subsistem alguns factores que influenciam negativamente a situação política, tais como o nível de desemprego; o problema de ocupação e formação dos jovens que não continuam os estudos; a deficiente implantação da JAAC nas zonas de residência; a fraca formação política no ensino; as frequentes omissões na divulgação dos acontecimentos políticos e sociais realizados em S.Vicente; o comportamento social de um sector reduzido da ca-

mada pequeno-burguesa; um certo distanciamento de alguns intelectuais e quadros em relação ao Partido.

Manifestou-se que importa contrabalançar esses factores negativos com uma acção política eficaz e permanente.

### III

Pelo seu valor intrínseco e a importância de que se revestem para a orientação da actividade partidária na Ilha, a Conferência decidiu adoptar as conclusões e recomendações dos seguintes Encontros realizados no âmbito da sua preparação:

- dos Tribunais Populares de Zonas
- das Comissões de Moradores
- dos Quadros e Dirigentes militantes do Partido

A Conferência decidiu ainda aprovar as seguintes resoluções saídas dos debates:

- Resolução sobre o trabalho partidário no Sector
- Resolução sobre as Organizações de Massas e Sociais
- Resolução sobre o Poder Local
- Resolução sobre o desenvolvimento económico e social de S.Vicente.

### IV

Nos termos das disposições estatutárias, a Conferência elegeu os seguintes camaradas para constituírem o Comité do Sector até a próxima Conferência Ordinária:

Efectivos

- Manuel Inocência Sousa - 1º Secretário
- Adriano Soares
- Alberto Joséfã Barbosa
- Antero Coelho
- António Manuel Neves
- António Sérgio Português
- António Pedro Cruz
- Augusto Costa Júnior
- Carlos Vieira Ramos
- Elísio Alberto Costa Neves
- José Manuel da Cruz
- Júlio Ascensão Silva
- Lucindo José da Rosa
- Manuel Onofre Lima
- Maria Helena Évora Santos
- Maria Paula Ramos
- Mateus Júlio Lopes
- Nelson Atanásio Ferreira Santos
- Ricardino Fonseca Neves
- Sebastião Mendes de Pina

Suplentes

- Eloy Neves
- Benvindo Spencer Santos
- Miguel Abílio Fernandes
- Miguel Silva
- Lourenço Fortes

V

A II Conferência Ordinária do Sector

Felicitou-se pela forma militante como decorreram os trabalhos e pelo empenho e seriedade que os delegados puseram na discussão do Relatório e demais documentos;

Expressou a sua convicção de que a orientação que o Partido vem dando ao processo de desenvolvimento da sociedade é justa e equilibrada e a mais capaz de promover a melhoria da qualidade de vida do nosso povo;

Exortou os militantes e candidatos do Sector a envidarem todos os esforços e capacidades para darem corpo ao lema sob a qual decorreu, assumindo uma atitude cada vez mais dinâmica e consciente e uma preocupação constante de aquisição de conhecimentos que lhes permitam compreender os objectivos a alcançar nos próximos anos e contribuir para a formação de uma opinião pública interessada no desenvolvimento harmonioso do país.

S.VICENTE, 31 DE JULHO de 1986

## RESOLUÇÕES SOBRE O TRABALHO PARTIDÁRIO NO SECTOR

Do debate aturado dos capítulos do Relatório referentes à situação política e vida partidária no Sector a partir de 1982, a Conferência concluiu que a actividade do Partido no período considerado se pode caracterizar resumidamente como segue:

Não obstante as Resoluções da I Conferência terem apontado para a adopção de medidas que permitissem ultrapassar o estilo de trabalho demasiado voltado para questões internas da Organização, através da dinamização da acção política-ideológica no seio das massas, as actividades nos anos de 1983 e 1984 continuaram a ter esse pendor interno, caracterizando-se por uma fraca intervenção do Partido na sociedade e um funcionamento rotineiro das estruturas.

Porém, em 1985, verificou-se uma mudança de estratégia, com a adopção de uma acção partidária virada fundamentalmente para a intervenção social, aproveitando-se as orientações da Direcção Superior do Partido sobre as comemorações do X aniversário da independência nacional e as eleições legislativas.

Como resultado dessa nova estratégia viu-se reforçada a acção dirigente do Partido e sacudida a apatia que envolvia os militantes e a população em geral.

A situação no domínio ideológico piorou entre 1983 e 1984 verificando-se que os "círculos de estudo" deixaram de fazer parte dos programas de formação e os "seminários" só esporadicamente se realizaram, agravando-se em 1985, em que não se registou uma única acção de formação.



O crescimento do Partido verificou-se, em maior percentagem, no seio dos operários e assalariados urbanos, tendo diminuído as percentagens da juventude, das mulheres e dos quadros com formação média e superior.

A transferência dos militantes da JAAC-CV para o Partido tem sido insignificante, registando-se, num período de 5 anos (1980-1985), apenas a passagem de 8 elementos.

O Comité de Sector cessante não conseguiu criar um aparelho auxiliar tecnicamente capaz de tratar os problemas sócio-económicos e preparar as decisões, e dedicou-se fundamentalmente à vida interna do Partido, limitando-se praticamente a controlar as actividades do Secretariado Executivo. Essa situação experimentou melhorias durante o ano de 1985.

Os departamentos funcionaram com altos e baixos e de forma instável, exceptuando-se, pela sua acção mais equilibrada o DOMS.

Os Comités de Secção vêm constituindo o ponto de estrangulamento do funcionamento do Partido no Sector, sendo as suas acções limitadas pela falta de assunção de responsabilidade de muitos dos seus membros, fraca disponibilidade de tempo, inexistência de um aparelho mínimo profissionalizado e falta de meios materiais.

Embora se tenham verificado melhorias significativas no funcionamento dos Grupos de Base, persistem contudo várias insuficiências e oscilações, sendo comum a todos os grupos: inexistência de um trabalho de formação política e ideológica permanente dos seus membros, mormente os recém admitidos; uma intervenção pontual, sem objectivos bem definidos; fraca preparação e organização das actividades; falta de instalações e pouco domínio dos problemas dos locais.

trabalho na sua solução.

A militância é fraca, traduzida numa participação irregular dos efectivos do Partido (40%), numa assiduidade média às reuniões à volta de 60% e num número elevado de militantes com quotas em a traso, há mais de 6 meses (59% em Junho de 1986).

Tendo em conta essas constatações, a II Conferência aprova as seguintes decisões e orientações para o trabalho partidário no Sector:

- 1 - Uma atenção cuidada no recrutamento de novos membros tendo como base quantitativa operários e assalariados urbanos, mas orientado para a melhoria qualitativa da composição social, atingindo a camada jovem e os quadros;
- 2 - A supressão experimental da 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> Secções, devendo o Comité do Sector, se e quando a medida se revelar pro fícua, propor ao Secretariado Nacional a sua aplicação às restantes Secções;
- 3 - O alargamento do número de membros do Comité do Sector para 20 efectivos e 5 suplentes;
- 4 - A criação de um departamento no Secretariado Executivo para se ocupar das questões económicas, dirigido por um quadro com formação académica nessa área.
- 5 - A instituição de uma acessoria técnica ao Comité do Sector, aproveitando os conhecimentos e experiência dos quadros técnicos e de direcção militantes, para es tudo e acompanhamento sistemático dos principais pro-

blemas das diversas áreas de intervenção, conforme o documento saído do encontro de quadros técnicos e de direcção militantes já adoptado pela Conferência;

- 6 - A constituição junto do Comité do Sector de um núcleo responsável pela formação dos militantes integrando camaradas com níveis de formação diferentes;
- 7 - O estabelecimento de um ficheiro de acompanhamento da formação individual dos militantes, onde será registada a participação de cada membro nas actividades de formação;
- 8 - A intensificação dos esforços em curso para a reorganização e relançamento do Departamento de Informação e para o seu apetrechamento com os meios materiais in dispensáveis à realização das suas funções;
- 9 - Uma melhor coordenação entre as estruturas de base do Partido e as organizações de massas e organismos de participação popular nas zonas de residência, procurando a máxima harmonia e complementaridade na sua acção;
- 10 - A implementação no Sector do sistema de trabalho por objectivo, tendo em conta as questões levantadas durante a campanha eleitoral;
- 11 - A melhoria de concertação entre as estruturas do Partido, as comissões sindicais e de trabalhadores, e as direcções das empresas nos locais de trabalho, com o estabelecimento de planos de acção baseados comprome

timentos assumidos nas reuniões efectuadas com os sectores empresariais e função pública;

- 12 - A assunção plena pelos grupos de base das suas responsabilidades estatutárias quanto ao acompanhamento de cada militante, nomeadamente nos casos de não participação nas actividades partidárias e de atrasos na quotização;
- 13 - A elaboração de um plano de formação político-ideológica dos militantes com propostas para vários níveis incluindo designadamente círculos de estudo e seminários voltado para o desenvolvimento económico do país e sobretudo para o sector produtivo;
- 14 - A procura persistente da documentação sobre os diversos sectores de actividades e realizações, solicitando o apoio da Direcção Nacional do Partido nesse sentido;
- 15 - A incentivação dos militantes para o hábito de leitura e estudo da documentação e do seu debate nas reuniões das estruturas;
- 16 - A circulação intensa da informação das estruturas de base para as superiores, através da remessa de actas, relatórios e notas informativas, além de contactos pessoais e outras formas;
- 17 - A promoção pelo Departamento de Informação de circulação horizontal da informação, através de programas radiofónicos e do Boletim Informativo;
- 18 - A intensificação do trabalho político no ensino, nomeadamente no seio dos professores;

- 19 - O desenvolvimento do diálogo com a classe dos comerciantes e potenciais pequenos industriais, de modo a se poder ultrapassar eventuais barreiras existentes e facilitar os empreendimentos nesse sector;
- 20 - A consolidação e reforço dos mecanismos que permitam quebrar o distanciamento de alguns intelectuais e quadros técnicos em relação ao Partido, encetando acções concretas para esse efeito;
- 21 - O apoio exclusivo e sob todas as formas à realização dos festejos tradicionais de Santa Cruz na povoação de Salamansa de forma a que atinja a dimensão e brilho que outrora teve;
- 22 - O desencadeamento de uma campanha de construção de sedes dos grupos de base, solicitando-se para isso ao Secretariado Administrativo a concessão de terrenos e de um projecto global;
- 23 - A promoção em S.Vicente de um encontro de reflexão com os Sectores da Praia e Sal para debater e encontrar soluções aos problemas comuns do trabalho partidário;
- 24 - A desactivação dos membros do Partido que recusaram regularizar as suas quotas em atraso, devendo os grupos de base responsabilizar-se pelo cumprimento dessa decisão.

## RESOLUÇÃO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DE MASSAS E SOCIAIS

A II Conferência do Sector constatou com satisfação que, mer  
cô do trabalho desenvolvido e da atenção dedicada pelo Partido, as or  
ganizações de massas tiveram uma implantação e crescimento apreciã -  
veis e que os organismos de participação popular, existentes prati-  
camente em todos os bairros e povoados, são bem aceites pelos respec  
tivos moradores, o que tem reflexos muito positivos na situação polí  
tica geral.

Não obstante isso, verifica-se a necessidade de uma melho -  
ria da coordenação e relacionamento entre essas organizações e o Par  
tido, de uma implantação mais efectiva da JAAC nos locais de residên  
cia, da concretização pela organização da nossa juventude do seu pap  
el de viveiro do Partido, da solução de problemas laborais que afec  
tam a actividade sindical no Sector e da reactivação das Milícias  
Populares.

Assim, a II Conferência do Sector decidiu:

- 1 - Instituir um órgão local, integrando os responsáveis ~~as~~  
estruturas do Partido, das Organizações de Massas e dos  
organismos de participação popular, que fará a promoção,  
dinamização e acompanhamento de todas as iniciativas pa  
ra a solução dos diversos problemas;
- 2 - Promover o cumprimento do calendário de reuniões, já es  
tabelecido, dos responsáveis das O.M. com o DOMS do Sec  
tor; o estabelecimento de uma periodicidade de ligação  
a nível intermédio e de base; a análise periódica nas  
reuniões dos Comitês ou Assembleias do Partido na situa

ção das O.M.; a realização de reuniões regulares com os militantes destacados nas O.M., principalmente a nível do Sector; uma reflexão sobre o enquadramento dos militantes nas Organizações de Massas;

- 3 - Recomendar a aplicação em toda a sua plenitude do Regulamento das relações Partido/Organizações de Massas, em vigor neste Sector;
- 4 - Encarregar o Comité do Sector de estudar com os Sindicatos as melhores formas de dinamização da actividade sindical em S.Vicente;
- 5 - Exortar os militantes do Partido a um empenhamento sério na preparação e realização do I Congresso da U.N.T. C./C.S., previsto para Novembro próximo;
- 6 - Pedir a atenção dos organismos competentes para a urgência da aprovação e publicação da Lei do Contrato de Trabalho e do Contrato de Trabalho Marítimo e ainda para a necessidade premente do saneamento da situação existente na Direcção Regional do Trabalho;
- 7 - Propôr ao Ministério da Justiça o estudo da viabilidade da junção da Comissão de Litígios Laborais e do Tribunal de Menores e sob a jurisdição de um magistrado, já que isso poderá contribuir para uma maior celeridade na resolução dos problemas laborais e dos menores, ao mesmo tempo que esse magistrado exerceria as funções de apoio aos TPZ;
- 8 - Encorajar a Organização das Mulheres a prosseguir na via já encetada de intervenção com projectos concretos

- para a solução dos problemas das mulheres, nomeadamente na área de formação profissional e de alfabetização;
- 9 - Alertar a Direcção Local da JAAC para a necessidade de uma real implantação nos locais de residência, aproveitando o potencial que representam as associações recreativas e culturais e as infra-estruturas já existentes e para uma formação dos seus militantes ainda mais orientada no sentido da sua futura integração no Partido;
  - 10 - Recomendar que seja revista a direcção e coordenação da OPAD pela JAAC;
  - 11 - Preconizar a conclusão do estudo para diagnóstico da situação das Milícias Populares, a regulamentação da Lei nº 11/II/82 de 26 de Março, a melhoria da coordenação exercida, um Estatuto próprio;
  - 12 - Incumbir o Comité do Sector de, através do seu DOMS, fazer funcionar o Grupo Dinamizador e de Apoio às Cooperativas já criado, com vista sobretudo à promoção de actividades de formação dos cooperadores, à consolidação das unidades cooperativas, ao aprofundamento da experiência das "pré-cooperativas" de habitação e à dinamização de outras iniciativas de cooperação no sector privado;
  - 13 - Expressar a urgência de revisão da Lei de Bases das Empresas Públicas especialmente nas suas disposições referentes às Comissões de Trabalhadores;



- 14 - Reconhecer a necessidade de um debate alargado sobre a coexistência de Comissões de Trabalhadores e de Delegados Sindicais nas Empresas.

## RESOLUÇÃO SOBRE O PODER LOCAL

Os órgãos do poder local, seja a nível do Secretariado Administrativo, seja a nível das Comissões de Moradores, têm vindo a conhecer acentuada melhoria, não só no âmbito da participação dos moradores na sua constituição, como na sua aceitação pelas populações.

Nos últimos anos, evoluiu notoriamente a capacidade de intervenção do Secretariado Administrativo, o que se reflecte na melhoria visível da gestão urbanística, de elaboração de projecto de construção civil e de realização de obras diversas.

Verificam-se, contudo, diversas anomalias, nomeadamente no que se refere à forma de designação dos Conselheiros Municipais (que, ao invés do que acontece noutros organismos de participação popular não vêm sendo objecto de eleições), a insuficiência de contactos directos desses Conselheiros com a população, à preponderância que, em consequência, a figura do Delegado do Governo assume nas tomadas de decisões, a escassez de instalações próprias para as Comissões de Moradores e à inexistência a nível institucional de um fluxo de informação e comunicação entre o Comité do Sector e o Delegado do Governo e os membros do Partido que fazem parte do Conselho Deliberativo.

Enfim, tudo isso aponta incisivamente para a necessidade da reorganização do poder local, aliás uma das directrizes do II Congresso.

Nesse sentido, a II Conferência decide:

- 1 - Recomendar ao Secretariado Administrativo de S.Vicente que prossiga esforços no sentido de uma modernização e reestruturação dos seus serviços, com o objectivo de melhorar a sua capacidade de intervenção;

- 2 - Apelar para o cumprimento do preceituado no Decreto-Lei nº 58/75, designadamente no que respeita à renovação anual do Conselho Deliberativo, para permitir a participação directa do maior número possível de cidadãos na vida municipal;
- 3 - Solicitar aos Conselheiros Municipais o encremento dos seus contactos com a população, a fim de melhor prestigiarem o órgão que compõem;
- 4 - Apoiar particularmente o desafio lançado à população mindelense para, a partir do próximo mês de Setembro, se dar início a um projecto de construção de sedes sociais que sirvam todas as Organizações de Massas e organismos de participação popular;
- 5 - Incumbir o Comité do Sector de, juntamente com os Órgãos de Administração Municipal, dinamizar a prática da discussão dos problemas do Município;
- 6 - Recomendar ao Comité do Sector que inicie, desde já um trabalho de estudo e preparação da discussão da Lei da Administração Municipal em elaboração, começando essa actividade pela Direcção Local e Quadros e generalizando-a, posteriormente, a todas as estruturas do Sector;
- 7 - Encarregar o Comité do Sector de formar um grupo de trabalho com vista à elaboração de uma proposta de alteração do Decreto-Lei nº 17/79, que regulamenta a actividade das Comissões de Moradores;

- 8 - Apoiar as Resoluções saídas do I Encontro Nacional sobre o Poder Local, realizado em Maio passado na cidade da Praia;
- 9 - Solicitar que seja exigido o cumprimento rigoroso das condições expressas nas licenças para bailes, de forma a não se perturbar o descanso dos vizinhos;
- 10 - Preconizar uma melhor selecção de membros para os Órgãos do Poder Local, em especial no que respeita ao nível etário, nível de formação e engajamento;
- 11 - Sugerir esforços para dotar o Secretariado Administrativo de meios financeiros e equipamento, permitindo-lhe uma actuação eficaz, nomeadamente no apoio às Comissões de Moradores.

## RESOLUÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÓMICO DO SECTOR

A situação sócio-económica do Sector mereceu da Conferência uma análise séria e cuidadosa correspondente ao tratamento aprofundado que lhe foi dado no Relatório do Comité cessante

Constatou-se com júbilo que, conforme os indicadores apresentados, a situação social e económica da Ilha está numa fase de nítido avanço, tendo sido ultrapassado a estagnação prevalecente dos primeiros anos da independência, período em que a preocupação dominante, a nível nacional, foi essencialmente a satisfação mínima das necessidades básicas da população.

### I - No domínio estritamente social

A Conferência considerou que, nesse domínio, a situação é satisfatória, não se tendo verificado a agudização de problemas em qualquer dos sectores da vida da Ilha.

Registou com agrado os avanços conseguidos na produção e distribuição de energia eléctrica e no saneamento, aspecto que terá uma melhoria muito sensível com a conclusão do Plano Sanitário do Mindelo em curso de execução.

Assinalou também o apreciável salto qualitativo no sector das comunicações que representa a entrada em funcionamento da nova Central Telefónica e a renovação e ampliação da rede local.

Sublinhou ainda os resultados positivos atingidos nos mais diversos domínios, nomeadamente a assistência e integração sociais, no esquema da Previdência Social, nas instalações e meios humanos e materiais da saúde, no ensino e alfabetização, de meios de comunicação social e no combate à criminalidade.

Contudo, a Conferência não deixou de apontar com apreensão várias carências e dificuldades ainda existentes, embora reconhecendo que elas se devem essencialmente à fraqueza dos nossos recursos, tais como:

- O nível de desemprego que atinge em grande escala a cama da jovem;
- O deficit qualitativo e quantitativo de habitação e as pressões sobre as rendas de casa;
- Uma iluminação pública de forma geral deficiente;
- Transportes colectivos públicos que não satisfazem as necessidades;
- Falta de apoio aos clubes desportivos e insuficiência no tória de instalações desportivas;
- Limitações no domínio de formação profissional;
- Ausência de estruturas culturais e de apoio aos grupos culturais existentes;
- Deficiente cobertura dos acontecimentos relevantes de S. Vicente pela Televisão Experimental e "Voz Di Fovo".

A II Conferência do Sector faz as seguintes recomendações com vista a intervenção do Comité do Sector directamente ou junto das entidades a que respeitam e a participação dinâmica dos militantes e população em geral na sua concretização gradual:

(Emprego)

- 1 - A conclusão urgente dos trabalhos da Comissão criada para caracterizar e quantificar o desemprego, de molde

a se poder acompanhar a sua evolução e procurar as soluções mais adequadas.

- 2 - A dinamização do grupo encarregado do estudo do problema dos aprendizes a fim de, no mais curto espaço de tempo, apresentar uma proposta concreta de solução.
- 3 - A regulamentação e protecção social da profissão de empregadas domésticas.

(Habitação e Urbanismo)

- 4 - A tomada de medidas apropriadas para a minimização do problema habitacional, nomeadamente:
  - a) A concessão de créditos bonificados para a edificação de moradia própria nas melhores condições possíveis;
  - b) A actualização da legislação em vigor sobre o inquilinato;
  - c) O controle e contenção das rendas de casa;
  - d) O reforço e operacionalidade das estruturas municipais de fiscalização;
  - e) A criação de uma comissão para estudo da construção de casas económicas para trabalhadores;
  - f) A reparação dos edifícios em ruínas e conservação do património arquitectónico.
- 5 - A elaboração de um projecto de iluminação pública dos bairros para procura de financiamento.

- 6 - A definição urgente da entidade ou do organismo que de verá assumir os custos de iluminação pública;
- 7 - Diligências no sentido de a ELECTRA regularizar com a urgência possível os atrasos de facturação das contas de água e enérgia eléctrica, tomando em conta a debilidade geral dos orçamentos familiares;
- 8 - Reorganização da delegação da Transcor nesta cidade e dos transportes públicos, duma maneira geral, de forma a que sejam capazes de responder às necessidades da população da Ilha;

(Comunicações)

- 9 - Desenvolvimento de esforços para a aquisição dos equipamentos necessários à instalação de pequenas redes telefónicas nos povoados mais distantes;

(Formação e Ensino)

- 10 - O apoio à experiência encetada de "apadrinhamento" de cada estabelecimento de ensino por empresas estatais, mistas ou mesmo privadas mais representativas com o fim de contribuir para a sua conservação;
- 11 - O empenho dos militantes e candidatos do Partido na actividade fundamental de alfabetização de adultos;
- 12 - A formação de pescadores das diversas zonas e povoados piscatários, na Escola Náutica do Mindelo;
- 13 - Prioridade de utilização das instalações militares desocupadas para fins escolares.



(Cultura e Desporto)

- 14 - A promoção de uma política de animação cultural visando a participação popular e o incentivo à actividade criadora, para o que se torna indispensável a construção de estruturas adequadas, o apoio aos grupos de vocação cultural e a implantação de uma vertente cultural no nosso sistema de ensino;
- 15 - A dinamização do processo de construção do Centro Social dos Trabalhadores, tendo em consideração a sua importância social, cultural e desportiva;
- 16 - O desenvolvimento de um vasto programa de actividades físicas dirigido aos vários grupos etários e populacionais e ao mesmo tempo de uma prática de alta competição;
- 17 - A canalização para os clubes desportivos dos meios indispensáveis ao cumprimento mínimo do seu papel importante no desenvolvimento do nosso desporto e apoio possível aos atletas;
- 18 - Esforços para concretização do projecto de construção dos dois campos de treino de futebol que permita a organização de campeonatos de júniores e reservas e de escolas de futebol para crianças;

(Promoção Social e Saúde)

- 19 - A resolução de determinados problemas no âmbito da Previdência Social, designadamente ligados à união-defacto, coabitação de ascendentes e consultas;

- 20 - A implementação com a urgência possível de projectos previstos para S.Vicente como o Centro Juvenil do Minidelo e o Centro de Terapia Ocupacional para doentes mentais;
- 21 - A análise das causas sociais dos entraves ao desenvolvimento do trabalho do PMI/DF e a sensibilização da população para esse programa;
- 22 - Melhoria possível do período de marcação de consultas e do atendimento no Banco de Urgência do Hospital;
- 23 - Fornecimento da Farmácia do Estado com maior número de medicamentos;
- 24 - Canalização das esmolas concedidas individualmente pelas empresas privadas aos Assuntos Sociais para uma distribuição mais equitativa;

(Comunicação Social)

- 25 - O estudo com os órgãos de comunicação social das melhores formas de difusão dos acontecimentos relevantes que ocorrem em S.Vicente, particularmente, na Televisão Experimental e "Voz do Povo";
- 26 - A instalação dos meios técnicos indispensáveis ao funcionamento normal da Rádio Nacional, de forma a obviar o inconveniente representado pela dependência das condições naturais de propagação na audição dos Estúdios da Fraia;
- 27 - A procura de alternativa válida para o emissor de ondas curtas "Contel";

- 28 - A continuação da análise de viabilidade de fundação de um Jornal em S.Vicente;
- 29 - Uma atitude firme e serena de combate ideológico à acção de denegrimto do regime desenvolvida pelo "Terra Nova" ;

(Prevenção e Criminalidade)

- 30 - A dotação das forças de ordem pública com os efectivos meios e formação indispensáveis ao cumprimento cabal da sua importante missão;
- 31 - A adopção de medidas consequentes e eficazes para evitar a constante evasão de presos da Cadeia Civil da Ribeirinha que vem causando sobressaltos à população e garantir a segurança e disciplina desse estabelecimento prisional;
- 32 - A reactivação dos trabalhos dos grupos de estudo do problema do uso da "droga" em S.Vicente;
- 33 - Policiamento mais intenso das ruas da cidade e das zonas e nomeadamente das prais;

II - No domínio económico

A Conferência sublinhou que, ao entrar o país na fase planificada do desenvolvimento económico nacional, a ilha de S. Vicente viu-se beneficiada com o aproveitamento da sua situação geográfica e da sua relativa vocação industrial, o que ditou a criação nesta ilha da maioria das empresas industriais do país e da realização do maior investimento jamais realizado em Cabo Verde - os Estaleiros Navais.

Ainda no quadro do aproveitamento geo-estratégico está prevista a realização de Entrepósitos de Mercadorias e Combustíveis e do Plano Director do Porto Grande que consiste essencialmente na criação de uma série de infra-estruturas e melhorias, nomeadamente a aquisição de equipamentos modernos, a extensão do molhe acostável e construção de armazéns, com o objectivo de criar melhores condições para que o Porto Grande de S.Vicente possa servir efectivamente como Porto de escala, trânsito e armazenagem de mercadorias.

A Conferência analisou ainda a contribuição do sector empresarial do Estado para o Produto Interno Bruto e na Formação Bruta de Capital Fixo e constatou que este sector tem um peso extremamente elevado no conjunto da economia. Sendo certo que 43% do conjunto das empresas públicas e mistas estão sediadas em S.Vicente e, tendo em conta os projectos e melhoramentos programados, pode-se concluir que mesmo que não se venha a fazer nos próximos anos grandes investimentos em S.Vicente, a situação económica e social da ilha poderá transformar-se significativamente se a conjuntura económica internacional vier a favorecer um maior aproveitamento dos investimentos já realizados fundamentalmente no quadro da nossa vocação geo-estratégica.

A Conferência constatou, todavia, que por razões ligadas especialmente à pequenez do mercado interno, exiguidade dos recursos naturais e financeiros, dificuldades de exportação, insuficiente dotação de capitais de muitas empresas, ausência de tradição empresarial, falta de gestores qualificados, deficiência de organização e gestão, existe uma degradação da situação financeira num número significativo de empresas, grande endividamento e déficits acumulados.

Neste contexto, a Conferência expressa o seu apoio activo à concretização do Programa do Governo e do II Plano Nacional de De-

envolvimento em elaboração, nomeadamente as seguintes orientações:

- 1 - O estudo de medidas concretas no sentido de promover o aumento das exportações, produção, produtividade e competitividade, garantia da viabilização do nosso processo de desenvolvimento económico e social;
- 2 - Uma atenção especial ao sector das pescas por se tratar de um dos raros sectores que pode ser desenvolvido na base dos recursos naturais e que beneficia de perspectivas encorajadoras, passíveis de concretização em prazos relativamente curtos;
- 3 - A incentivação de medidas concretas para o aumento da taxa de utilização dos sectores de reparação naval, armazenagem de frio e prestação de serviços no Porto Grande;
- 4 - No quadro da vocação geo-económica de S.Vicente o reforço do estudo da possibilidade de concretização dos projectos com forte impacto no desenvolvimento económico e social da ilha, nomeadamente o Plano Director do Porto Grande e Entrepósito de Mercadorias e Combustíveis;
- 5 - A continuação e aprofundamento do estudo, pelo grupo de trabalho já existente, sobre o "Diagnóstico Empresarial" documento que mereceu aprovação, depois de um profundo debate no Encontro dos Gestores nos dias 21 e 22 de Julho, promovido pela Direcção Local do Partido no quadro da preparação da 2ª Conferência Ordinária do Sector;

- 6 - A promoção de um Encontro Nacional das Empresas com o objectivo de se encontrar a solução dos problemas que vêm afectando o sector empresarial do Estado;
- 7 - O estudo com os gestores das empresas de formas de coordenação inter-empresas, no sentido de viabilizar a sua complementaridade e conseqüentemente o melhor aproveitamento dos poucos recursos existentes;
- 8 - A adopção de saneamento financeiro das Empresas em situação difícil;
- 9 - A prossecução dos esforços no sentido de dotar as direcções das empresas públicas de quadros habilitados;
- 10 - A entrada em funcionamento dos Conselhos de Direcção nas Empresas por forma a materializar os princípios de gestão colectiva definida pelo Goervno e Partido;
- 11 - A regulamentação de formas concretas de participação dos trabalhadores, militantes sindicais e do Partido na gestão das Empresas.